

## Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

### O risco das mudanças impostas

MARIO AMATO

A história ensina que não é muito comum as sociedades sofrerem mudanças abruptas. Mesmo os períodos revolucionários mais intensos e explosivos são sempre sucedidos por recaídas autoritárias. Isso aconteceu nas duas revoluções democrático-burguesas mais importantes do Ocidente. A inglesa culminou com a restauração da monarquia; a francesa, com um imperador megalomaniaco que colocou em guerra o continente europeu.

Não estarei insinuando, por certo, que os trabalhos realizados pela Assembléia Nacional Constituinte (ANC) tiveram a dimensão desses dois acontecimentos. Mas a ANC representou uma efetiva modificação na vida política brasileira e um momento importantíssimo dessa etapa da transição para a democracia. Seja através do próprio processo de redefinição jurídica —que forçou a convivência democrática e as negociações—, seja através de seu produto final —um texto que conjuga inovações notáveis, evidentes exageros e dispositivos retrógrados—; ninguém poderá negar que a sociedade saiu mais amadurecida dessa experiência.

O fato é que se pretendeu alterar significativamente um conjunto de relações sociais estabelecidas já há algum tempo. Precisamos ter presente que mudanças súbitas são perigosas, além de que não é muito provável que a realidade seja alterada através de procedimentos legislativos. Portanto, qualquer tentativa mais ousada deve ser precedida de um estudo sistemático de suas consequências, ou correremos o risco de assistir aos efeitos perversos das boas intenções desinformadas, o que é muito mais frustrante.

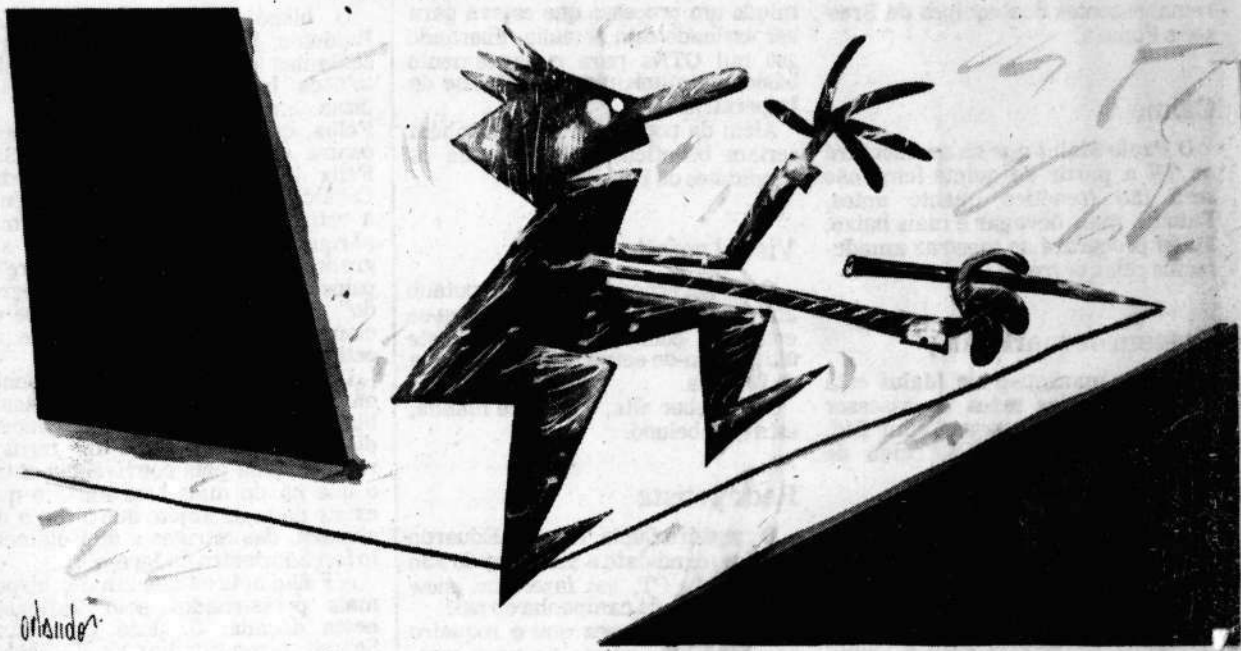
É preciso salientar que não estou pregando o conservantismo radical. Ao contrário, tenho plena consciência de que as sociedades industriais contemporâneas são extremamente dinâmicas e capazes de, por moto próprio, alterar de forma permanente sua estrutura e as relações sociais entre os diversos segmentos que a compõem. Mas a velocidade das transformações, o "timing" ideal da mudança, devem ser estabelecidas por elas mesmas, e não fixadas aleatoriamente pelo Estado.

Não estou reclamando dos avanços sociais. Embora, na realidade, alguns deles não tenham paralelo no mundo capitalista (é o caso da licença paternidade), é igualmente verdadeiro que algumas conquistas já existiam na prática. Os trabalhadores das grandes empresas do Sudeste brasileiro, por exemplo, já trabalhavam as 44 horas fixadas na nova Carta. Acredito que a estrutura produtiva possa absorver os novos direitos dos trabalhadores sem grandes problemas.

Mas existem alguns dispositivos que realmente dificultam a atividade econômica. Mas nem por isso boicotaremos o novo texto. A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo têm uma posição definida em relação a isso: a hora das críticas e das lamentações já passou. Embora os empresários industriais discordem de muitos pontos inseridos na Constituição, só nos resta respeitá-la e adotá-la.

Isso não significa dizer que iremos ficar de braços cruzados durante a elaboração das leis ordinárias e complementares. A opção do Brasil não é entre o capital nacional e o estrangeiro, entre um nacionalismo extemporâneo e a internacionalização da nossa economia. Ao contrário, a escolha fundamental é entre o desenvolvimento e o atraso, a prosperidade e a miséria. O resto vira querela bizantina. A questão, agora, é atrair novos aportes de capital, que viabilizem os investimentos de que tanto necessitamos.

Para que isso seja possível, é preciso procurar os erros e lutar, legitimamente, para que sejam corrigidos pela legislação. Afinal, serão 201 leis ordinárias e outras



42 complementares — e muita coisa pode ser ajustada. A democracia moderna não é muito mais do que competição partidária institucionalizada, permeada pelas pressões dos legítimos representantes

da sociedade civil e dos lobbies organizados. Os industriais de São Paulo devem estar preparados para a nova realidade que estamos vivendo, sendo imprescindível a união de todos e o fortalecimento

progressivo de nossas entidades de classe.

MARIO AMATO, 69, empresário, é o presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).